

18.março.2015 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: **FENPROF – Federação Nacional dos Professores**
Professores António Avelãs e Henrique Borges (membros do Secretariado Nacional da FENPROF)

Recebido por: **Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar:** Deputados Rui Pedro Duarte (Coordenador), Maria da Conceição Caldeira (PSD), Sandra Pontedeira (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP).

Assunto: Indisciplina em meio escolar

Exposição: O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar, Deputado Rui Pedro Duarte, agradeceu a presença dos representantes da FENPROF, a quem explicitou o enquadramento em que a mesma foi agendada e a quem deu, de imediato, a palavra.

Os representantes da FENPROF agradeceram o convite e manifestaram a sua preocupação em relação ao fenómeno da indisciplina, reconhecendo que dificulta e, em muitos casos, impede a aprendizagem dos alunos. Referiram-se ao Estatuto do Aluno e da Ética Escolar, considerando que constitui um fator menos relevante no combate a este fenómeno do que a organização da vida escolar e do tempo de trabalho, entendendo, a este propósito, que é necessário repensar o modelo de funcionamento da escola.

Consideraram fundamental ter uma visão realista e quantificada deste fenómeno, para conhecer a realidade e para que não lhe seja atribuída uma dimensão superior à que realmente tem. Referiram-se ainda à importância de intervir junto das famílias, de forma a tornar possível um trabalho conjunto com a comunidade escolar, e apontaram ainda a autonomia e a intervenção pedagógica como soluções para as situações de indisciplina e violência.

Tendo em conta que o fenómeno da indisciplina não é igual em todas as instituições e surge associado a grupos sociais que não reconhecem o valor da escola, consideram que o combate a este problema passa pela criação de uma imagem positiva da escola e dos professores. Afirmaram ainda ser fundamental que haja disponibilidade de tempo, de meios e de técnicos nas escolas, com capacidade de intervir em situações reiteradas de indisciplina. Terminaram, entendendo que deverá ser estudada a relação entre indisciplina e insucesso, visto que estes fenómenos são, em regra, mecanicamente associados, sem que haja confirmação desta evidência.

A Sra. Deputada Conceição Caldeira (PSD) cumprimentou a delegação e colocou algumas questões, nomeadamente sobre se as escolas fazem o devido uso do Estatuto do Aluno e da Ética Escolar, sobre se as escolas dispõem de autonomia para encontrar as melhores soluções e aplicar as medidas que consideram adequadas e sobre a eventual dificuldade de as famílias lidarem com os seus educandos e terem de recorrer às escolas. Perguntou também se estes fenómenos estarão inflacionados pela cobertura mediática que lhe está associada e, por fim, solicitou a sua posição relativamente à formação dos docente e não docente nesta área.

A Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS) saudou a delegação e disse concordar quanto à necessidade de se criar uma imagem positiva da escola junto dos jovens e das famílias e colocou, seguidamente, algumas questões, designadamente sobre quem (pais, docentes, direção da escola, etc.) tem o papel preponderante na quebra de disciplina, sobre a possibilidade de o professor ser potenciador de atos de indisciplina e sobre o eventual distanciamento dos pais face à escola. Questionou ainda sobre eventuais queixas de falta de instrumentos, por parte dos professores, sobre a necessidade de formação do pessoal docentes e não docente, sobre o papel



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

que poderia desempenhar a formação cívica e ainda sobre se os atos de indisciplina são percebidos de forma diferenciada pelos membros da comunidade escolar.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) saudou os representantes da FENPROF e referiu-se à necessidade de distinguir indisciplina de violência e de analisar os dados com objetividade, tendo a perspetiva do quadro global. Considerando essencial o envolvimento das famílias, questionou sobre a forma que propõem para conseguir trazer as famílias para as escolas, e ainda sobre os instrumentos que devem ser dados aos professores, na formação inicial e contínua, tendo em conta que os alunos apresentam comportamentos diferenciados consoante os professores. Terminou, fazendo alusão à diferenciação dos grupos sociais, afirmando que a coação sobre grupos sociais desfavorecidos é, em regra, mais prejudicial.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) agradeceu a presença e defendeu que a resposta ao fenómeno da indisciplina deve ser ampla e integrada, tendo em conta as condições económicas, sociais e culturais dos alunos, sendo que as soluções sancionatórias e repressivas devem ser o último recurso. Fez referência à dificuldade de as famílias acompanharem a vida escolar dos seus educando e colocou, por fim, algumas questões, nomeadamente sobre se consideram que a instabilidade na profissão docente tem influência nas turmas e no comportamento dos alunos e se a escassez e rotatividade do pessoal não docente estará relacionado com este fenómeno. Concluiu, fazendo alusão à proposta de criação de um gabinete de integração escolar, apresentada pelo PCP, e que foi rejeitada.

Respondendo às questões colocadas, os representantes da FENPROF consideraram que as escolas deveriam dispor de professores especialmente capacitados para lidar com situações mais complexas e que urge repensar a questão da gestão escolar, em especial no que se refere ao papel atribuído ao responsável de turma e à sua formação.

Consideraram ainda que a reorganização escolar e, sobretudo, a constituição de mega agrupamentos, retirou às escolas a sua capacidade de intervenção ou gestão de proximidade. Referiram-se ainda à dificuldade de aproximação dos pais às escolas, não apenas por não assumirem esse papel, mas porque não têm disponibilidade, e lamentaram que se tenha perdido o hábito do trabalho cooperativo entre professores, muito por força da avaliação do desempenho, mas que importa recuperar. Pronunciaram-se ainda quanto ao número de alunos por turma, considerando que a junção de 30 alunos numa sala raramente funciona bem e que importa reduzir este número para se poder trabalhar com alunos com necessidades.

Defenderam a importância da educação cívica e a possibilidade de a escola poder desenvolver projetos motivadores para os alunos, apresentando exemplos de projetos mobilizadores, que permitiram acabar com a indisciplina.

Terminaram, afirmando que a abordagem efetuada pela comunicação social, relativamente aos casos de indisciplina e violência, nem sempre corresponde a uma abordagem adequada e correta e terminaram, considerando fundamental a formação de docentes nesta área. Afirmaram também que os professores devem dispor de tempo para falar sobre estas matérias, o que raramente acontece, por se encontrarem muito pressionados com o cumprimento dos programas.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página do Grupo de Trabalho, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 18 de março de 2015

A assessora
Cristina Tavares